

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SUAS INTERFACES NA INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NA ESCOLA REGULAR

Júlio Ulisses Filho¹; Maria Rosineide Torres Marcolino²; Antonio Caubi Marcolino Torres³.

(1) Universidade Potiguar, julioconsultoriaambiental@hotmail.com;

(2) Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN,

rosiapodi@hotmail.com;

(3) Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN caubitores@hotmail.com

Resumo: O acesso à educação é um direito de todo cidadão, nesse sentido a inclusão da pessoa surda na escola regular não difere das demais pessoas da sociedade, haja vista que este é um direito previsto em Lei. Neste sentido, esta pesquisa buscou compreender as contribuições do Atendimento Educacional Especializado - AEE na inclusão de alunos surdos na sala regular de ensino, bem como na vida dos alunos surdos que recebem o atendimento especializado. Para fundamentação teórica, foi realizado um estudo bibliográfico em periódicos, livros e artigos científicos. Autores como Meira, (2001), Santi, (2010), Mantoan, (2005), dentre outros, trouxeram contribuições ao nosso debate. Como metodologia, foi realizada uma pesquisa de campo de caráter quantitativo e qualitativo e os dados foram coletados através de entrevistas, aplicação de questionários junto aos professores da sala comum que atendem alunos surdos, professor do AEE e pais da Escola Municipal Maria de Lourdes Cavalcante no município de Rodolfo Fernandes/RN. Os questionários foram formulados com perguntas fechadas e abertas, que posteriormente foram analisadas e discutidas. Como resultados, as autonarrativas nos apontam a importância do AEE como suporte à inclusão dos alunos com surdez no ensino regular, foram destacadas, contribuições relacionadas a prática pedagógica, à proposta de inclusão dos alunos surdos e proposições indicativas que colaboram para reflexões da prática educativa na escola pesquisada.

Palavras-chave: Surdez, Atendimento Educacional Especializado- AEE, Sala Comum.

Introdução

A escola é um lugar privilegiado onde se constituem relações sociais, afetivas e cognitivas, favorecendo encontros de vida, de aprendizagem. Na escola, as diferenças podem ou não ser consideradas, isso vai depender de toda a estrutura, organização e formação dos professores e demais membros da equipe escolar. No município de Rodolfo Fernandes/RN, apenas em uma escola possui o AEE (Atendimento Educacional Especializado) que atua de forma interdisciplinar na educação dos estudantes que tem uma ou múltiplas deficiências, incluindo transtornos e/ou altas habilidades, funciona na Escola Municipal Maria de Lourdes Cavalcante e atende também alunos de outras escolas.

Para fortalecer a discussão e fundamentar nesse estudo, autores como Meira, (2001), Santi, (2010), Mantoan (2005), dentre outros, que trouxeram contribuições ao debate. O estudo propõe uma reflexão coletiva sobre diversas situações que ocorrem nas relações entre professor/aluno surdo e vice-versa, na prática

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

pedagógica na sala de aula regular, bem como no ambiente de AEE (Atendimento Educacional Especializado).

A pesquisa traz discussões que pode ajudar a compreender o processo de inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares, bem como oportuniza se conhecer alguns modos de agir dessas instituições, com relação à aprendizagem e o desenvolvimento intelectual, afetivo e cultural do estudante surdo. Neste contexto, foi-se buscar a experiência a fim de perceber se existem barreiras que dificultam de fato a inclusão e o processo de ensino-aprendizagem em escolas do ensino regular no município Rodolfo Fernandes-RN.

A pesquisa de campo como método da pesquisa oferece oportunidades de buscar na experiência, na prática dos profissionais da educação e na comunidade escolar como um todo, através de autonarrativas dados que ajudem a compreender a inclusão de alunos surdos e as contribuições do AEE no município. Esta experiência foi realizada com professores da sala regular, da sala de AEE e pais, além da entrevista, tivemos acesso a registros dos professores, como anotações, fotografias, planejamentos e avaliações realizadas afim de se construir um relato de resultados e discussões.

Nesta perspectiva, o estudo aqui descrito, proporcionará além de aprendizagens acerca da temática estudada, possibilidades de contribuir com os professores alargando alternativas para explorar novas atitudes e métodos de inclusão educacional do aluno surdo no processo de aprendizagem, dessa forma, os estudos, as intervenções, as trocas de experiências poderão constituir laços em um processo acolhedor e significativo para o educando e para o educador.

Para contribuir com o leitor, dividimos o artigo em três momentos. No primeiro, trataremos uma discussão sobre a escola na contemporaneidade; no segundo momento, apresentaremos o Atendimento Educacional Especializado e por fim, no terceiro momento, trataremos a metodologia da pesquisa e uma discussão dos resultados. Desejamos que este estudo possa contribuir na construção de novas percepções de atendimento no cotidiano dos docentes, estimulando reflexões e subjetividades na produção de suas práticas educacionais.

O objetivo desta pesquisa é compreender como acontece o atendimento aos estudantes e quais são as contribuições do AEE no ensino regular, no que se refere ao atendimento direcionado ao aluno surdo. Neste trabalho, será feito um estudo acerca destas contribuições, a fim de conhecer, a partir do olhar dos professores e pais, a importância do AEE para o processo de inclusão escolar, bem como se esse processo acontece de fato.

Metodologia

A pesquisa foi realizada com professores da sala comum que lecionam para alunos surdos, professor do AEE e pais da Escola Municipal Maria de Lourdes Cavalcante no município de Rodolfo Fernandes, RN, a fim de saber quais as contribuições do AEE na sala regular bem como na vida dos alunos surdos que recebem o atendimento. Para a realização deste estudo, foi adotada entrevista qualitativa com foco na autonarrativa, como uma forma de refletir sobre experiências vividas, os dados foram coletados através de pesquisa direta com a aplicação de questionários junto aos professores de escolas regulares e pais, bem como professor do AEE.

As informações coletadas acerca da pesquisa foram relacionadas à prática pedagógica, à proposta de inclusão dos alunos surdos e proposições indicativas que venham a colaborar para reflexões da práxis nas escolas pesquisadas. Os questionários foram formulados com perguntas abertas e fechadas e posteriormente analisadas.

O objetivo da pesquisa foi colaborar com as discussões em torno da temática que era perceber como o AEE contribui para a inclusão dos alunos surdos nas escolas estudadas, buscando por meio de diálogo com professores, pais e gestores, mostrarem a importância da inclusão e eliminação de barreiras, no processo de aprendizagem de estudantes nas escolas municipais.

Resultados e Discussões

Informações relevantes foram obtidas por meio das entrevistas com a professora da sala multifuncional, os professores da sala de aula regular que tem alunos surdos e pais da escola. A sala de recursos multifuncional estudada atende três alunos surdos, sendo que dois estudam o 3º ano e não são alfabetizados e o outro estuda o 5º ano do ensino fundamental, domina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e é alfabetizado.

Foi questionado com a professora de AEE, se na sala de recursos onde atua, existem materiais pedagógicos voltado para o aluno surdo, ela falou que sim, porém em pequena quantidade, mencionou que a sala dispõe de poucos jogos específicos para pessoas com deficiência auditiva, ela mencionou que tinha somente material dourado, dominó, dicionário e murais em LIBRAS, quebra-cabeça, painéis com fotos e gravuras seriadas, fixas com figuras, palavras em português e o sinal da mesma,

confeccionados pela professora com seus próprios materiais e também da escola.

Foi ainda questionado com a educadora, como acontecia o contato entre ela e as professoras da sala de aula regular, a fim de discutirem sobre os alunos surdos, segundo ela o contato normalmente acontece nos intervalos, nos planejamentos escolares ou até mesmo via bilhetes nos cadernos dos estudantes. Ela também mencionou que:

[...] esse contato é pouco, gostaria de mais tempo com os professores da sala regular, porém como atendo todos os estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) da escola, muitas vezes não consigo tempo para acompanhar o que cada professor está trabalhando com determinado aluno. [...] (Fala da professora de AEE).

Segundo a educadora, dentre os profissionais que trabalham no AEE, existe somente uma professora efetiva, graduada em pedagogia e pós graduada em educação inclusiva e que está na escola somente há dois anos. A chegada de uma profissional da área no AEE ajudou bastante o processo de inclusão da escola, pois antes era apenas bolsista que atendia os alunos com NEE e hoje a escola dispõe de um profissional capacitado para exercer tal função haja vista que, para atuar na sala de recursos multifuncional (SRM), de acordo com o MEC (Brasil, 2009, p. 17), ele deverá ter graduação, pós-graduação e/ou formação continuada que o habilite no atendimento. Tendo como principais atribuições:

- a) Atuar, como docente, nas atividades de complementação ou suplementação curricular;
- b) Atuar de forma colaborativa com professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo;
- c) Promover as condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da escola;
- d) Orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional;
- e) Informar a comunidade escolar acerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional;
- f) Participar do processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos;
- g) Preparar materiais específicos para o uso dos alunos na sala de recursos;
- h) Orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos alunos nas classes comuns do ensino regular;
- i) Indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade;
- j) e Articular, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva. (BRASIL, 2009, p. 17),

Nesse sentido, é perceptível que para que haja a concretização dessa proposta, é importante que ocorra uma boa relação entre professor de AEE, professor da sala comum, família e todos que fazem a escola.

As maiores dificuldades enfrentadas pela professora para trabalhar com alunos surdos no AEE é com relação a pouca disponibilidade de materiais, ausência de um intérprete de LIBRAS e de um tradutor que possa colaborar no processo ensino aprendizagem dessas pessoas, segundo a educadora:

[...] Em muitos momentos me sinto sozinha na luta pela inclusão, aqui no AEE, só sou eu para dar de conta de 15 alunos com NEE, por esse motivo muitas vezes não consigo realizar o trabalho da maneira correta [...] (Fala da professora de AEE).

Com relação à participação dos pais na educação dos alunos surdos, segundo a professora, todos os pais são presentes na educação dos filhos e apesar do pouco conhecimento, têm muito interesse em colaborar nesse processo. Sobre a prática pedagógica no AEE, a professora faz plano diário, onde é levado em consideração as especificidades do aluno. Disse ainda que, as atividades são pensadas sempre visando superar as dificuldades/barreiras enfrentadas pelos alunos, na tentativa de evidenciar e valorizar as potencialidades do aluno.

No tocante aos professores da sala regular, foi questionada acerca das maiores dificuldades enfrentada por eles no atendimento ao aluno surdo, a resposta obtida foi a dificuldade de trabalhar com LIBRAS, segundo eles a escola não dispõe de um intérprete ou tradutor, os materiais não são suficientes para atender a esses alunos, também mencionaram a importância de haver outra professora para atender o turno vespertino (contra turno) no AEE, já que a escola dispõe apenas de uma profissional que atende somente no turno da manhã, o que dificulta o acesso de alguns estudantes na sala, segundo a professora do 5º ano:

[...] muitas vezes para o aluno não perder o atendimento acaba tendo que se ausentar da sala de aula para participar do AEE, isso tem dificultado mais ainda o acompanhamento das atividades escolares [...] (Fala da professora 1¹).

Nas entrevistas percebe-se que nenhum dos professores tinham domínio da língua brasileira de sinais, e, segundo a entrevistada 2,

¹ Decidimos junto aos sujeitos participantes da pesquisa que seus nomes não seriam divulgados, mantendo assim suas identidades resguardadas, por isso, os participantes foram identificados com números.

Não saber LIBRAS tem dificultado bastante o trabalho, apenas um aluno tem noção de LIBRAS, os demais se expressa somente com sinais domésticos (símbolos esotéricos), usando as mãos, rosto e corpos para se comunicar, porém compreende bem o que lhe é solicitado, esse tipo de comunicação dificulta o aprendizado (Fala da professora2).

Segundo as narrativas dos educadores, faltou acesso à formação continuada para trabalhar com as crianças surdas, nesse sentido Carvalho, (2010) nos aponta o seguinte:

Convém trazer para discussão o sentido e o significado da formação continuada que a coloca, apenas, restrita aos cursos oferecidos aos professores para se atualizarem. Reconheço que eles são necessários, que trazem muitas informações e novas teorias, mas a experiência mostra que se tornam insuficientes se não houver como rotina das escolas, encontros de estudos e de discussão sobre o fazer pedagógico, envolvendo a comunidade escolar. (CARVALHO, 2010, p.161).

Nessa perspectiva, é importante destacar que a formação continuada, deve ser compreendida como parte da escola, é necessário que ela ocorra por meio de discussões, que tragam a tona o tema inclusão na prática juntamente com todos aqueles que fazem a escola, mas o que vemos na realidade é professores recorrerem a formações de forma aleatórias e que muitas vezes nem chegam a pôr em prática. Além da formação do professor, também é necessário buscar respostas se os gestores e toda a equipe escolar conhecem a importância do AEE, pois, assim, todos poderão trabalhar em conjunto e fazer um trabalho mais efetivo e participativo.

Com relação à participação dos pais na escola, os educadores falaram que são bastante ativos e demonstram desejo em ver os filhos progredindo e darem continuidade aos estudos, segundo eles, o fato das crianças estarem dentro da escola estudando, interagindo com os demais colegas e professores já é um grande avanço. Com relação ao trabalho do AEE junto à sala regular no atendimento ao aluno surdo, foi mencionado que este é um trabalho colaborativo que a professora faz o que está ao seu alcance para melhorar a vida dessas crianças, pais e professores.

Os pais entrevistados demonstraram satisfação em seus filhos frequentarem a escola, para eles é um ambiente bastante inclusivo e que atende as necessidades dos alunos. Com relação à sala multifuncional um dos pais chegou a relatar que o formato dos atendimentos melhorou bastante, depois que chegou a professora especialista na escola, segundo ele:

[...] antes os alunos eram atendidos todos juntos e misturados, era uma tremenda bagunça, não tinha como eles aprenderem, havia muito choro e brigas [...] (fala do pai 4).

Em sua fala, o pai deixa claro que não era levado em consideração à deficiência, idade ou nível dos estudantes, hoje os atendimentos funcionam no contra turno, cada aluno participa duas vezes na semana, sendo ao todo 4 horas semanais, funcionam em grupos de dois ou quatro alunos (Imagens 01 e 02) e também individual (imagem 02), dependendo da necessidade e isso tem melhorado o aprendizado dos alunos, bem como o funcionamento da sala, porém uma mãe demonstrou insatisfação no fato de ter apenas uma professora no AEE.



Imagem 01



Imagem 02

No caso dos alunos surdos, todos eles são atendidos no mesmo horário e apesar das dificuldades são participativos. Foi questionado aos pais sobre o que poderia ser mudado ou acrescentado na sala multifuncional e na escola para

um melhor atendimento, todos os pais concordaram sobre a importância de um intérprete de LIBRAS no ambiente escolar.

[...] poderia ter o intérprete de LIBRAS para que meu filho pudesse acompanhar e se desenvolver melhor na escola (fala da mãe 3).

Na visão dos pais a relação da professora de AEE e os demais profissionais da escola com os alunos é sempre muito boa, por esse motivo eles são bastante participativos.

Diante do exposto, percebemos que o AEE tem contribuído com a inclusão da escola estudada, haja vista que apesar das dificuldades citadas, existe um trabalho que vem melhorando a vida dos estudantes com necessidades educacionais especiais, porém não se pode negar a necessidade de ampliar a qualidade dos atendimentos ao surdo onde possam ser respeitadas as suas peculiaridades, com intérpretes de LIBRAS a sua disposição e materiais de apoio que atenda suas necessidades, bem como a formação continuada dos professores e profissionais de um modo geral, mas para que isso acontecer é fundamental um trabalho em equipe. Gestores (escolar e governamental), pais, sociedade e demais profissionais da educação devem ter a clareza da função social da escola e da sua responsabilidade com a escolarização de todos os alunos, inclusive daqueles que apresentam algum tipo de deficiência.

Nesta perspectiva, reafirmamos a importância que tem uma educação de qualidade para os estudantes surdos, onde não haja barreiras, nem físicas, nem atitudinais, que os impeçam de aprender, conviver, de existir, enquanto sujeito aprendente no contexto educacional. Para isso, o AEE tem essa função de grande importância que é a de contribuir, de ser a ponte para o aluno aprender e pode colaborar de forma significativa com o planejamento e ações pedagógicas do professor da sala de aula do ensino regular.

Considerações Finais

Esta pesquisa foi realizada tendo como objetivo perceber as contribuições do AEE no ensino regular, no atendimento ao aluno surdo, de forma a garantir seus direitos. A partir do material coletado foi possível reconhecer como o AEE da Escola estudada teve/tem efeitos significativos na educação inclusiva. Esta experiência trouxe evidências que favorece situações de aprendizagens a alunos surdos e alunos com outras deficiências e/ou transtornos.

O apoio do AEE e o envolvimento interdisciplinar da equipe da escola contribuem para fortalecer uma rede de profissionais que vislumbram a

inclusão de crianças e jovens na educação básica. Nestes termos, esta pesquisa vivenciou que a escola produz inclusão social a partir das relações entre sujeitos (crianças e adultos) e conclui que para a inclusão escolar se efetivar é de extrema importância e urgência um processo de formação continuada do professor da sala regular e do professor da sala de recursos para uma dinâmica interdisciplinar em seus atendimentos educacionais, especialmente com alunos que apresentam necessidades educacionais especializadas.

Neste artigo, trouxemos um pouco do que foi estudado sobre as contribuições do AEE no ensino regular no que se refere ao atendimento ao aluno surdo, mostrando por meio das entrevistas a visão dos envolvidos na educação dos estudantes, onde cada um deu seu ponto de vista acerca da situação atual e importância do AEE e sala regular de ensino e na aprendizagem dos estudantes surdos. Dessa forma, é muito relevante trazer a importância da aquisição de materiais acessíveis para os estudantes com surdez, a contratação de mais profissionais para o AEE e intérpretes para atuação nas salas de aula do ensino regular, estas práticas, certamente, ajudaria bastante aos estudantes e aos educadores na busca de uma educação inclusiva para todos.

Nesta perspectiva, a pesquisa em questão servirá de base para novos estudos deste cunho e ajudará também aos gestores e professores a repensar a atuação pedagógica nas escolas, de maneira que favoreça ações mais efetivas e eficazes para minimizar os índices de exclusão em escolas do ensino regular, pois a exclusão afeta direta ou indiretamente a autoestima das pessoas e isso pode favorecer sentimentos de incapacidade, o que afeta o processo de autoria e de aprendizagem. Nestes termos, esse estudo é um convite a reflexão sobre a função social da escola na contemporaneidade.

Referências

ALVES, C.; FERREIRA, J. P.; DAMÁZIO, M. F. M. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Abordagem Bilíngüe na Escolarização das Pessoas com Surdez.** Brasília: MEC/SEESP/UFC, 2010

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____, MEC/ Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular.** Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Organizadores). 2 ed. Rev e atualizada. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. 2004.

_____. Decreto n. 6.517/2008. Disponível em:
<<http://peei.mec.gov.br/arquivos/>

Resol_4_2009_CNE_CEB.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2018. MEC/SEESP, 2009.

_____. **Decreto n. 7.611, de 17 de Novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 17 nov. 2011. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Decreto/D7611.htm#art11. Acesso em 25 mar. 2018.

CARVALHO, RositaEdler. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

GOMES, A. L. L. V.; POULIN, J. R.; FIGUEIREDO, R. V. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Universidade Federal do Ceará. Brasília, 2010.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: pontos e contrapontos, Rosangela Gavioli Prieto: Valeria Amorim Arantes (Org.). 5. Ed. São Paulo: Summus, 2006.

MEIRA, A. M. G. Contribuições da Psicanálise para a Educação Inclusiva. In: **Escritos da Criança**, Centro Lydia Coriat, Porto Alegre, nº 6, 2001, p. 41-51.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <www.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 23. mai. 2017.

RODRIGUES, D. Dimensões do desenvolvimento profissional. Revista inclusão. Brasília MEC. Junho/outubro 2008.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** nº 9394/96. Brasília: 1996.